

Cursinho Preparatório para o ensino superior:

garantia de práticas no ensino básico
de condições de acesso às Universidades
para pessoas LGBTI e demais minorias sociais

*Preparatory course for higher education:
guarantee of practices in basic education
conditions of access to universities
for LGBTI people and other social minorities*

Isabella dos Santos Silva

*Professora de História no Colégio e Curso Galileu / Itabuna-BA
Educatória Social Voluntária da ONG Grupo Humanus LGBTI Itabuna-BA
Coordenadora Técnica do Cursinho Pré-Enem TRANS+ na UFSB
Mestra em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela UFSB
docenteisabella@outlook.com*

Rafael Siqueira de Guimarães

*Docente pesquisador do PPGER/UFSB e do PPGE/UFBA
Doutor em Sociologia/UNESP
rafaorlando@gmail.com*



Resumo

O cursinho Pré-Enem Trans+ proporcionou a construção de um processo de ensino-aprendizagem que acolheu tanto a comunidade LGBTQI+ - inserindo principalmente pessoas trans -, quanto as pessoas aliadas na luta por um ensino que passe a dar as mesmas condições preparatórias de pessoas privilegiadas por um ensino básico privado, impulsionando ocupações dessas pessoas estudantes no ensino superior. A história de vida da coordenadora, como educadora e mulher trans, também é parte significativa desse processo, pois as exclusões em espaços formais e não formais, bem como as diversas violências que também sofreu potencializa junto às demais pessoas que também são excluídas a força política e resistência de corpos historicamente abandonados e massacrados por um sistema educacional que ainda é marcado pela colonialidade cisnormativa e suas relações com o racismo, patriarcado e elitização econômica.

Palavras-chave: Ensino; Gênero; Sexualidades; Políticas Públicas; Interseccionalidade; Relações Étnico-raciais.

Abstract

The Pre-Enem Trans + course provided the construction of a teaching-learning process that welcomed both the LGBTQI + community - inserting mainly trans people, as well as allied people in the struggle for a teaching that happens to give the same preparatory conditions for people privileged by private basic education, boosting occupations of these students in higher education. The life history of the coordinator, as an educator and trans woman, is also a significant part of this process, since the exclusions in formal and non-formal spaces, as well as the various violence she has suffered, and resistance of historically abandoned and massacred bodies by an educational system that is still marked by cisnormative coloniality and its relations with racism, patriarchy, and economic elitism.

Key-words: Teaching; Gender; Sexualities; Public policy; Intersectionality; Ethnic-racial relations.

Após a entrada da primeira autora no Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Relações Étnico-raciais (PPGER) na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), foram ampliadas as participações em rodas de conversas e articulações com movimentos e pessoas dentro e fora da UFSB, com ações de lutas interseccionais contra a dominação da cisheterormatividade, do cissexismo e das discriminações e violências institucionalizadas. Segundo Roger Raupp Rios e Rodrigo da Silva (2015), a discriminação interseccional pode ser entendida e investigada como dinâmicas discriminatórias com fenômenos distintos, que vão além da soma de determinados fatores de discriminação. Desse modo, a discriminação é um fenômeno múltiplo e complexo, pois existem diferentes contextos para diferentes injustiças.

Os diferentes contextos, redes relacionais, fatores e motivações que desencadeiam a discriminação não são redutíveis a um ou outro critério isolado. No Brasil, a interseccionalidade constou como denúncia perante o Comitê para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher da ONU. Desse modo, é possível entender que o cissexismo é a forma de potencializar a separação e discriminação de corpos trans, pois como explicam Jaqueline Gomes de Jesus e Hailey Alves (2010), as mulheres transexuais e travestis não recebem o mesmo tratamento que as mulheres cisgênero (de base legal biologizante) que lhes nega o estatuto da feminilidade ou da mulheridade, desencadeando o cissexismo, uma crença de divisão binária dos gêneros, em suposta concordância com os sexos biológicos feminino e masculino.

Outros marcadores de exclusões sobre os corpos trans impõem ordens cisheteronormativas que só esquadriham ainda mais a população trans. Desse modo, segundo Mattos e Cidade (2016):

A psicologia vem se consolidando, desde o século XX, como área de formação de especialistas para explicarem, diagnosticarem e cuidarem de sujeitos entendidos como “desviantes” na sociedade moderna. No que diz respeito às questões de gênero e sexualidade, consagrou-se como um campo especialmente

prolífico na produção de conceitos, categorias e teorias que promoveram uma naturalização do elo entre determinado genital, sexo, gênero e orientação sexual. Tal naturalização, fundada sobre preceitos evolucionistas (que ressaltam os fins reprodutivos da dimensão sexual humana), foi nomeada por autoras transfeministas como cisheteronormatividade, identificável em diferentes campos do conhecimento”. (MATTOS; CIDADE, 2016, p. 135)

Nesse processo, como a coordenadora já palestrava sobre questões de gênero, sexualidades e políticas públicas em diversas instituições, a própria UFSB abriu mais espaço para atuações com pautas específicas relacionadas às questões supracitadas. É importante conceituar que a sociedade cisheteronormativa impôs sobre os corpos trans a loucura, pessoas desviadas, frente a esse esquadrinhamento para com a identidade de gênero. Amara Moira Rodovalho (2017) explica:

a sociedade há cinquenta anos nos fazia pessoas doentes e talvez já seja hora de ela reconhecer sua parcela de culpa em nossa loucura, sua responsabilidade de não conseguir nos fazer segundo aquilo nos criou para ser. Nosso direitiro de, como viriam a denominar, “cruzar” a tal linha que divide os gêneros só começa a ganhar corpo à medida que conseguimos dar legitimidade ao testemunho que explicava esse desejo: se era necessária a explicação, então o foco na auto-identificação daria todos os porquês e, com sensibilização que isso propiciava, iríamos conquistando o direito de começar a existir no outro gênero não mais apenas para si como também para uma comunidade mais ampla (RODOVALHO, 2017, p. 2)

Aqui é importante esclarecer que no campo da sexualidades existem infinitas possibilidades para a libido que não depende da identidade de gênero. Nesse percurso, diante de tantos enfrentamentos que

geram exclusões para os corpos trans, as políticas públicas surgem como instrumento de reconhecimento de dívidas sociais e históricas do Brasil sobre estes corpos, tendo como mecanismos de reparações a atuação do Estado e da sociedade civil em abrir espaço para ocupação em todos os lugares que compõem a nossa sociedade brasileira, com o direito à dignidade para todos os corpos, sem questioná-los ou mesmo fazer algum tipo de interpretação subjetiva para legitimar a possibilidade ou não dessas ocupações, em espaços formais e não formais, na educação, no trabalho formal, em concursos públicos e demais segmentos.

Das discriminações e violências institucionalizadas, são incontáveis os mecanismos para práticas orquestradas por pessoas e lugares de privilégio. Essas pessoas que ao ocupar lugar de poder institucional, praticam e desenvolvem meios de violências psicológicas, morais e emocionais genocidas sobre as vidas de pessoas que não ocupam esse privilégio do poder. Deste modo, pessoas que utilizam o seu poder institucional para mostrar que estão acima daquelas pessoas que não ocupam esse mesmo espaço e não gozam desse privilégio, protagonizam o status quo dentro das instituições públicas ou privadas.

Segundo Priscilla Soares dos Santos Ladeia, Tatiana Tscherbakowski Mourão e Elza Machado de Melo (2016):

Atualmente, a violência, em suas múltiplas faces, constitui um problema mundial, pelas suas graves consequências em agravos a saúde e impacto socioeconômico”. “A despeito da sua gravidade e potenciais consequências, a violência institucional persiste naturalizada e silenciada, por profissionais e usuários”. “A violência institucional é definida como a violência praticada por órgãos e agentes públicos que deveriam responder pelo cuidado, proteção e defesa dos cidadãos (LADEIA; MOURÃO; MELO, 2016, p. 398).

Desse modo, é que através de um movimento coletivo dentro da Universidade, reivindicações de direitos para as pessoas LGBTI ganharam cada vez mais potência. Nessa luta, é importante destacar o movimento estudantil dentro da UFSB e o ativismo de algumas pessoas docentes, dentre elas o orientador deste trabalho, para que a universidade atendesse as demandas mais que necessárias e urgentes, dentro da UFSB.

Este projeto de mestrado ecoou dentro da UFSB, e nesse processo de busca da garantia dos direitos e dignidade para as pessoas LGBTI e demais minorias sociais foi que a própria universidade se sensibilizou com a proposta do projeto, somando-se às reivindicações para a população supracitada, dentro da universidade. Inúmeras ações começaram a acontecer, dentre elas a abertura de um Edital para a criação de um cursinho Pré-Enem voltado para a população LGBTI e demais minorias políticas, fazendo valer esta pesquisa-ação de modo institucionalizado. Cabe lembrar que o trabalho pioneiro de Indianare Siqueira, no Rio de Janeiro, o PreparaNEM, é inspiração para esta intervenção, bem como as experiências que o sucederam, como o Prepara Trans (Goiás), PreparaNEM (Niterói) e Transviando o ENEM (Salvador). A experiência do Prepara Trans (CAMPOS; PEREIRA, 2018) é bastante inspiradora, no sentido da relação com a educação popular engajada:

é necessário, aqui, destacar que a negociação com a lógica capitalista de educação é não muito mais que uma tentativa de sobrevivência para o grupo de transexuais e travestis. E, portanto, que a aprovação nos exames deve ser comemorada e vista positivamente, mas, o que se espera com esse tipo de ação é, também, a possibilidade de que travestis e transexuais se organizem na busca de romper com as desigualdades sociais, a exploração e a opressão (CAMPOS; PEREIRA, 2018, p. 192)

Inicialmente, no processo para a materialização do cursinho Pré-Enem, a coordenação enfocou que o cursinho tivesse maior atenção para a população de pessoas trans. Isso foi posto diante da realidade

de evasão escolar, violência intrafamiliar, forte exclusão no mercado de trabalho formal e as estatísticas de mortes dessas pessoas, onde o Brasil figura como o país que mais mata pessoas trans no mundo, compondo 47% das mortes notificadas, com expectativa de vida que é alarmante, pois a idade média dos assassinatos em 2018 é de 26,4 anos de idade, segundo a dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, organizado por Bruna Benevides e Sayonara Nogueira (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019). Sobre os casos de suicídio, a Associação indica que:

no ano de 2016 foram reportados 12 casos de suicídio entre a população trans, e 07 casos de mortes advindas da aplicação de silicone industrial. Já em 2017, foram registrados 07 casos de suicídio e 06 mortes ocasionadas pelo uso de silicone industrial e em 2018 temos 08 casos de suicídio e 05 de silicone industrial (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 36).

De comum acordo com a gestão da universidade, foi sugerido o seguinte nome para o cursinho: “Pré-Enem Trans+”, colocando em destaque a inclusão da população trans e acolhendo todas as demais pessoas LGBTQI+ e aliadas (minorias sociais).

A metodologia adotada foi uma metodologia popular, inspirada na perspectiva libertadora de Paulo Freire, desde um viés popular, que abarca a realidade das pessoas estudantes nos seus processos de planejamento e organização (FREIRE, 2015). O planejamento foi organizado com flexibilidades relacionadas ao ensino para as pessoas estudantes, bem como para as pessoas docentes convidadas. Primeiro procuramos atender os seguintes critérios:

- Ingresso e permanência gratuita de pessoas trans, gays, lésbicas, bissexuais, intersexo, pangêneros, queer e pessoas aliadas.
- Colaboração de educadoras/es voluntárias/os, sensíveis à proposta frente ao contexto social dessas pessoas. A importância do

coletivo de educadoras/es abertas às discussões sobre as exclusões específicas que impedem o ingresso do público supracitado em instituições de nível superior.

- A proposta político-pedagógica foi fundamentada nas leis educacionais vigentes e, em especial, no Decreto Nº 8.727/2016, RESOLUÇÃO CEE Nº 120/2013, Lei 10.639/2003 e Lei 11. 645/2008.

Desta forma, as aulas tiveram o comprometimento com aplicação pedagógica dessas leis, além das pessoas docentes voluntárias organizarem suas aulas em interações desde uma perspectiva libertadora (FREIRE, 2015), evidenciando a prática do diálogo, como propõe bell hooks:

a prática do diálogo é um dos meios mais simples com que nós, como professores, acadêmicos e pensadores críticos podemos começar a cruzar as fronteiras, as barreiras que podem ser ou não erguidas pela raça, pelo gênero, pela classe social, pela reputação profissional e por um sem-número de outras diferenças (hooks, 2017, p. 179).

Aos poucos a sala de aula passou a se tornar um espaço político e de socialização, rompendo com o conservadorismo e a obrigatoriedade nas aulas e no convívio coletivo. Desse modo, o interesse pelas aulas só aumentava, tanto por parte das pessoas estudantes, quanto das pessoas docentes voluntárias. Com a ajuda coletiva, o espaço ganhou um corpo que superou as expectativas, pois as pessoas demandavam mais momentos de aulas. No entanto, institucionalmente o espaço destinado ao curso foi de três noites apenas por semana. A cada aula, os laços entre as pessoas ficavam mais estreitados, havia a felicidade do encontro e absorção de inúmeros conteúdos programáticos, mas também muitas tensões com algumas divergências de pensamentos. Mesmo assim, a metodologia baseada no diálogo, na qual o ser político se posiciona e

tem voz, ecoou, isso foi o grande diferencial metodológico durante as aulas, a segurança das pessoas estudantes e docentes se sentirem livres para opinar e ao mesmo tempo transformar práticas e pensamentos. Mesmo diante de um modo de vivência educacional libertador, o curso buscou atender as exigências de conteúdos do ENEM, assim foram atendidos os seguintes eixos norteadores e componentes curriculares:

- Identidade de gênero e sexualidades.
- Políticas Públicas e Direitos Humanos.
- Diversidade cultural.
- Atualidades.
- Ciências Humanas e suas Tecnologias (História, Geografia, Filosofia e Sociologia).
- Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Química, Física e Biologia).
- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Redação e Matemática. (Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira, Inglês e Espanhol).
- Artes e formação humana.

A marca desse processo metodológico foi a abertura desse ambiente de ensino formal, como as áreas de conhecimentos exigidas pelo processo seletivo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para que cada realidade ganhasse seu espaço e voz, estudantes atuando como corpos políticos com liberdade de ser e existir. Neste sentido, como aponta Louro (2008):

Esse tipo de luta requer “armas” peculiares. Supõe estratégias mais sutis e engenhosas. Talvez por isso a alguns escape a força dos embates culturais. Mas os movimentos sociais organizados (dentre eles o movimento feminista e os da s”minorias” sexuais) compreenderam, desde logo, que o acesso e o controle dos espaços culturais, como a mídia, o cinema, a televisão, os jornais,

os currículos das escolas e universidades, eram fundamentais. A voz que ali se fizera ouvir, até então, havia sido a do homem branco heterossexual. Ao longo da história, essa voz falara de um modo quase incontestável. Construíra representações sociais que tiveram importantes efeitos de verdade sobre todos os demais (LOURO, 2008, p. 20).

Depreendemos disso que a luta é longa, histórica e que ocupar os espaços institucionais se torna um marco importante, em especial frente a silenciamentos de muitos modos. Coadunando-se com as histórias dos feminismos e dos movimentos LGBT, bem como de pessoas negras, indígenas e outras minorias sociais, a mudança cultural se faz na prática e, em nosso caso, foi por meio de uma invenção curricular desde a ocupação deste espaço, ainda que precariamente, institucional.

Cursinho pré-Enem Trans+ na UFSB

A importância do cursinho preparatório para o Ensino superior surge do próprio status quo, estabelecido no ensino brasileiro. A divisão de classe e a impossibilidade social, econômica e de gênero que foram criadas por uma sociedade classista, cisheronormativa e racista, deslocam corpos há séculos, para a garantia do privilégio que uma mínima parcela da sociedade que se enquadram nas regras do patriarcado. Segundo Nadir Zago (2008):

as políticas de expansão mediante a privatização do ensino superior brasileiro não favoreceram o acesso dos egressos do ensino médio que dependem essencialmente do ensino público”. Isso se deve ao processo de precarização no ensino básico, que através da privatização do Ensino superior, o Estado limita a continuidade da escolarização das pessoas no Brasil, frente a quantidade de vagas em Universidades Públicas que não aten-

dem toda a população brasileira, uma educação que segundo a própria constituição brasileira de 1988 é um direito de todas e todos (ZAGO; 2008, p. 149)

A autora ainda complementa:

A expansão do setor privado não parou. A universidade pública expandiu-se mas, sobretudo a partir dos anos 70 do século XX até os dias atuais, as políticas mercantilistas do ensino superior fortaleceram o setor privado, que hoje detém aproximadamente 90% das instituições e 70% do total de matrículas. Dados como esses confirmam a expansão que, conservadora em sua essência, manteve o caráter elitista do ensino superior (ZAGO, 2008, p. 150)

Esse caráter de elitização comprova o quanto de dívida histórica o Brasil tem com as minorias sociais que são deslocadas do acesso ao ensino superior. Deste modo, é desenvolvendo mecanismos que não legitimem esse processo que a mobilidade social acontece, garantindo transformações que desestruturam o status quo na educação, fazendo valer o direito constitucional para todas e todos, a garantia de um ensino público sem limitações de progressão, mas com acessibilidade e qualidade.

A criação dos cursinhos populares é um dos mecanismos de oportunizar minorias sociais a terem uma preparação de qualidade para ingresso no ensino superior, priorizando esse acesso para o ingresso em instituições de ensino superior públicas:

As primeiras experiências dos núcleos de pré-vestibulares populares surgem no Brasil na segunda metade dos anos 80, consolidam-se na década de 90 do século XX e têm como principal objetivo a democratização do ensino. Esses cursos surgem em um contexto contraditório do sistema educacional que, se por um lado ampliou consideravelmente o número de vagas de outro mantém

profundas desigualdades no acesso ao ensino superior (ZAGO, 2008, p. 151).

Essa dicotomia é resultado de um processo histórico que envolve questões de divisão de classes sociais, questões raciais e também questões de gênero, que nesse circuito o patriarcado marca seus pilares de sistemas de privilégios, exclusões e desigualdades. Nesse processo de superação de uma educação repartida, vários hiatos são postos entre as relações de acessibilidade e direito dessas pessoas. As diferenças que separam classes e desencadeiam vários segmentos de minorias sociais na educação, analisada e com levantamento de dados do final do século XX, comprovam que estamos em um processo ainda recente de reconhecimento de reparação dessas desigualdades a educação. Desse modo, os mecanismos para que a acessibilidade ao ensino superior não reproduza a dicotomia estabelecida através do privilégio para alguns, sustentado pela privatização do ensino superior, é que os cursinhos populares surgem como uma forma de luta pelo acesso que ainda é insuficiente, afinal existem inúmeras pessoas que mesmo com acesso aos cursinhos populares, não conseguem avançar no processo de escolarização. A dificuldade do avanço não está somente para o número de vagas insuficientes em Universidades Públicas, mas soma com inúmeros contextos dessas minorias sociais que além da buscar melhor preparação de ensino para as provas de vestibulares e ENEM, existem tensões intrafamiliares, sociais e uma sobrecarga de trabalho para manutenção do seu próprio sustento.

O cursinho Pré-Enem Trans+ na UFSB se apresenta e é desenvolvido como um mecanismo educacional de olhar diferenciado ao ser um cursinho que possui grande atenção ao público trans, o que não diminui a dedicação para as demais minorias sociais, tais como gays, lésbicas, bissexuais, intersexuais, negras/os, pessoas de renda insuficiente para uma vida de qualidade e também aquelas pessoas aliadas, que somam com a proposta de quebrar a estabilidade do status quo nas questões educacionais que envolve, questões de desigualdades sociais, questões de

gênero, sexualidades, questões raciais e outras forças de deslocamentos. O público trans, como já foi citado anteriormente, compõe estatísticas alarmantes. Além disso, as demais minorias sociais, como as pessoas negras, estão dentro de uma estatística na qual o Brasil é o segundo país que mais mata pessoas negras no mundo, perdendo apenas para a Nigéria. Quanto a comunidade LGBTI em geral, segundo Benevides e Nogueira (2019), os índices de violências contra esse grupo de pessoas é um dos maiores do mundo. Esses dados de violências contribuem para reflexões, tais como quanto o ensino e a luta por melhor qualidade de vida estão intrinsecamente ligados.

A própria trajetória da coordenadora na UFSB comprova o que foi argumentado logo acima: primeira mulher e pessoa trans a ingressar na Universidade Federal do Sul da Bahia, através de cotas para pessoas trans e em um programa de pós-graduação, o mestrado do PPGER.

Em uma reunião para organizar o formato do cursinho, tanto cronograma de atividades quanto o próprio título, insistimos que o cursinho tivesse na frente a referência “TRANS”, pois já existiam muitos outros cursinhos que antecederam a este esse, a maioria direcionados para a comunidade LGBTI. Foi proposto o seguinte título para o cursinho “CURSINHO PRÉ-ENEM TRANS+”, o trans depois no “cursinho pré-Enem e o “+” inclui todas as outras minorias sociais e pessoas aliadas.

Houve diversos ataques da comunidade universitária ao cursinho, assim que ele começou: que ele havia sido feito para a coordenadora, para este Mestrado, denotando que houvesse algum privilégio, quando, na verdade, houve Edital Público. Tantas coisas horríveis que escutei de terceiros e coisas escritas na internet me faziam chorar, alguns do mundo cisheteronormativo e pessoas cis da própria comunidade LGBTI e do movimento negro não fizeram questão de esconder a transfobia que incidia sobre mim. Mas segui, continuei me organizando para dar o melhor de mim para o cursinho. Isso só comprova como a luta por direitos que estão sendo violados no Brasil, devem ser combatidos com ações como essa, criando oportunidades de ocupações em todos os setores da sociedade para os corpos dissidentes.

As aulas do cursinho foram iniciadas no mês de junho de 2018, com término das aulas para o ENEM no mês de novembro de 2018. A inauguração (a primeira aula) teve participação de pessoas da graduação da UFSB juntas as pessoas estudantes do cursinho, marcado como uma comemoração com música, poesia, diálogos, apresentação da proposta do cursinho, e um impactante vídeo de uma das estudantes trans em que ela fez em homenagem a sua irmã que também era trans e tinha sido assassinada em Itabuna-BA, denunciando que os responsáveis pelo assassinato de Sheila nunca foram descobertos. Houve uma forte comoção nesse momento, pois, não estava planejado, a estudante pediu voluntariamente para passar um vídeo, evidenciando a necessidade da nomenclatura TRANS em primeiro plano.

Os corpos dissidentes e as ocupações institucionais

O cursinho Pré-Enem Trans+ na UFSB foi composto em sua maioria por pessoas cisgêneras, do total de 16 pessoas que frequentaram o mesmo, apenas duas eram pessoas trans. Isso aponta quão difícil é a inserção destas pessoas para a progressão educacional, mesmo com a criação do cursinho popular gratuito. Quando foi feita a divulgação do cursinho, muitas pessoas trans apresentaram uma desmotivação diante do histórico repressor e traumas do ensino médio, e muitas dessas pessoas disseram que preferiam continuar no mercado informal, pois, ali não sofreriam repressões e críticas. Como já referenciado por Luma Andrade (2015), sobre o olhar para as travestilidades na escola:

Ao mesmo tempo em que a travesti é vista, ou melhor, sentida, pela sua geografia corporal, pela sua cartografia da feminilidade, pela sua engenharia estética e pela sua autocriação poética, é identificada também pela negação de toda essa obra de arte (ANDRADE, 2015, p. 103).

Outras pesquisas, corroborando com o exposto, como de Polak, Cruz e Guimarães (2016) e Vergueiro (2016) também denotam a exclusão educacional como fator bastante importante para o genocídio cotidiano da população trans. A escola seria o espaço de socialização, convivência e inclusão, entretanto as práticas escolares são bastante excludentes. Assim, compreendemos as desistências do processo e a não aproximação da Universidade, que já possui um histórico de excluir as pessoas trans do processo educacional, endereçando que “Universidade não é para as pessoas trans”.

Esse quadro de pessoas dissidentes compostas no cursinho, pessoas trans, pessoas negras, LGB, baixa renda e aliadas mostram a importância do cursinho para a progressão de escolaridade e posterior melhores condições para inserção no mercado de trabalho formal. No cursinho não houve pessoas intersexuais, no entanto em uma das aulas, da qual a coordenadora ministrou, sobre gênero e sexualidades, um dos estudantes se autodeclarou pansexual, isso foi muito importante, pois ao mesmo tempo em que lutamos para os corpos dissidentes ocuparem as universidades, o processo de ensino ensino-aprendizagem abriu espaço para um autoreconhecimento em um lugar educacional sem medo, pois as falas que circularam nos debates nessa aula em especial, muitas queriam falar sobre sua identidade de gênero e sexualidade, mas também de outras pessoas que conheciam ou faziam parte da sua vida, seja na família, na escola, vizinhos e de outros espaços.

Ser a primeira mulher e pessoas trans a ingressar na UFSB, e coordenar um cursinho Pré-Enem, de fato, diante das falas de muitos onde livremente diziam “só a sua presença aqui Isabella já quebra vários tabus, rompe várias fronteiras”, traz consciência que isso aponta a enorme dívida social e histórica que o Brasil tem com as pessoas trans.

Os entraves do ENEM neste processo

O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), atualmente é o método de seleção para ingresso na maioria das universidades do Brasil.

O ENEM, dentro do cursinho foi caracterizado pelas pessoas estudantes como um processo exaustivo de seleção. Muitos reclamavam nos extensos textos e de conhecimentos que são cobrados nas provas, dos quais é impossível ter total domínio. Nos relatos, o maior pavor era a redação, muitas pessoas do cursinho acabaram inclinando uma atenção muito maior para a preparação no cursinho e fazer uma excelente redação. Isso nos faz refletir como esses processos seletivos para progressão do ensino, esquadrinham as mentes e os sentimentos de tantas pessoas que lutam por uma formação continuada. Durante o período de inscrições, antes mesmo do cursinho acontecer (no período de divulgação do cursinho), algumas pessoas pediram orientação, em especial uma das estudantes trans.

Podemos considerar transfobia institucional a exigência do INEP no ENEM de 2018 para as pessoas trans, que estabeleceu que para a pessoa poder usar o nome social nas provas, deveria responder um questionário e dentro desse questionário mandar em arquivo digitalizado uma foto legível da pessoa. Silva (2018) faz importantes considerações sobre esta questão:

quando uma pessoa entende que os diversos conflitos com “seu corpo” faz parte dos atravessamentos biológicos impostos por uma sociedade cissexista, pode despertar uma grande luta, a travessia, onde cada pessoa frente às suas necessidade existenciais poderá legitimar o que ela de fato é, segundo as suas próprias concepções sobre o seu próprio corpo e não pela imposição de leis e regras sociais, assim também biológicas. Esta libertação dos corpos trans, só é possível através da própria certeza da pessoa, e não da “certeza” das coisas externas impostas sobre seu corpo. Daí poder contestar qualquer controle sobre os corpos é conseguir entender as subversões das identidades. Nesse sentido, pessoas trans ainda não são vistas como seres humanos, legítimos nas concepções de suas totalidades, mas interpretados

como seres abomináveis, porque não são inteligíveis para os padrões hegemônicos de gênero, fundamentados pelo binarismo, pelo sexismo e cissexismo (SILVA, 2018, 171).

As demais pessoas estudantes relataram que tiveram problemas para o pedido de isenção da taxa de inscrição, devido à burocracia, muitos relataram que tiveram dificuldades com o sistema, que não funcionava corretamente, já outras pessoas relataram que mesmo com os dados atendendo as exigências para conseguir a isenção da taxa de inscrição, o pedido simplesmente foi indeferido. Em suma, a maioria das pessoas estudantes do cursinho tiveram que pagar a taxa exigida para o ENEM 2018. Quanto a uma das estudantes trans, mesmo ajudada, o sistema de recolhimento de dados do ENEM, simplesmente não deferiu o nome social da estudante em sua inscrição, deixando-a frustrada. Eu foi orientada na forma da Lei, que independente disso ela tinha direito de ser chamada por todas as pessoas que iriam fazer parte da aplicação das provas do ENEM 2018 de ser chamada pelo nome social e o gênero que ela se identifica. Segundo relato dessa estudante trans, ela seguiu as orientações nos dias das provas e relatou que não teve problema com relação as pessoas que trabalharam nas aplicações de provas do ENEM 2018 em chamá-la como ela realmente se identifica e obviamente ela nem deveria ter passado por toda exigência absurda do ENEM no ato de sua inscrição para utilização do seu nome social.

Considerações finais

Considerando todo o processo vivenciado, podemos dizer que uma primeira experiência desta natureza, vivida no interior do Brasil, cumpriu o objetivo de resistir a um processo colonizatório dos corpos, das identidades de gênero e das formas como se estabelecem os modelos educacionais de forma ímpar. As demais experiências de cursinhos voltados para pessoas trans como foco principal aconteceram em capitais ou regiões metropolitanas (Rio de Janeiro, Niterói, Salvador, Goiânia),

aqui tivemos a oportunidade de vivenciar uma experiência num espaço marcado também pela distância dos grandes centros urbanos.

Percebemos que a participação das pessoas trans no cursinho se deu de forma diminuta, tendo em vista as exclusões que marcam esta população no contexto geral e, em especial, no contexto educacional. Todavia, todos os esforços foram feitos no sentido de marcar o protagonismo da inclusão invertida, ou seja o cursinho foi voltado para as pessoas trans E para as pessoas cis, o que denota um sentido outro na proposta dialógica-institucional, construída sempre a partir da cisheteronorma que inclui o que não é a norma (LOURO, 2008; RODOVALHO, 2017; SILVA, 2018).

Apesar disso, o empenho das atrizes e dos atores deste processo foi essencial para a promoção de uma educação dialógica (FREIRE, 2015; hooks, 2017), desenvolvendo conexões entre educadoras e educadores, em sua maioria pessoas cisgêneras. Estas pessoas, por motivos de proximidades com as lutas sociais e com a coordenadora dispuseram-se a engajaram-se neste trabalho, que se efetivou, mais porque as lutas encarnam-se nas pessoas educadoras que por conta de uma segurança institucional, tendo em vista a precariedade explicitada neste processo.

A perspectiva de criação e manutenção do cursinho não foi suficiente para fazer uma mudança institucional efetiva na Universidade, já que, com os regramentos orçamentários diminuídos, o cursinho foi descontinuado, provocando, mais uma vez, a exclusão de uma iniciativa como esta. Nos perguntamos se efetivamente esta política assumida como institucional foi uma forma de responder às lutas incessantes de coletivos, se baseou-se na busca de uma inclusão real ou se pauta-se na comunicação institucional “inclusiva”, como forma de transmitir uma mensagem quase publicitária de que existem ações institucionais em prol da diferença ou, para usar um termo mais mercadológico, “diversidade”.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. Travestis na escola : assujeitamento e resistência à ordem normativa. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Fortaleza, 2012. 278 f.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. Dossiê: Assassinatos e violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018. Brasil: Antra/IBTE, 2019. Disponível em <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>> Acesso em: 20 fev 2019.

CAMPOS, Gustavo de Aguiar; PEREIRA, Mariana Cunha. Cursinho Prepara Trans: possibilidade de articulação entre gênero e educação popular. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 17, n.3, p. 183-194, set./dez. 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. 51 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. Revista Cronos, v. 11, n. 2, Natal, 2010, p. 1-9.

LADEIA, Priscilla Soares dos Santos; MOURÃO, Tatiana Tscherbakowski; MELO, Elza Machado de. O Silêncio da Violência Institucional no Brasil. Rev Med Minas Gerais, n. 26. Belo Horizonte, 2016, p. 398-401.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2, São Paulo, maio/ago. 2008.

MATTOS, Amara Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para Pensar a Cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Periódicus*, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out. 2016.

POLAK, Roberta; GUIMARÃES, Rafael Siqueira de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Processos de violência vivenciados por pessoas trans* nas instituições de ensino. *Hipótese*, v. 2, n. 3, Itapetininga, 2016, p.127- 158.

RIOS, Roger Raupp; SILVA, Rodrigo da. Discriminação Múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito a antidiscriminação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16. Brasília, janeiro - abril de 2015, p. 11-37.

RODOVALHO, Amara Moira. O Cis pelo Trans. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 1. Florianópolis, 2017, p. 1-5.

SILVA, Isabella dos Santos. Imposição do sexo (genitália) sobre as pessoas trans. In: Guimarães, Vergueiro, Marcos e Fortunato (Orgs.) *Gênero e cultura: perspectivas formativas*, v. 2. Itapetininga: Hipótese, 2018, p. 164-174.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de Mestrado (Cultura e Sociedade), UFBA. Salvador, 2015, 225 fls.

ZAGO, Nadir. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. *Perspectiva*, v. 26, n. 1, Florianópolis, jan./jun. 2008, p. 149-174.